

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

SÍTIO E POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO ARRAIAL DE BELO HORIZONTE – MG: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA-HISTÓRICA

Alessandro Borsagli¹, José Flávio Moraes Castro²

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial (PPGG-TIE) da PUC Minas. E-mail: borsagli@gmail.com

² Doutor em Geografia, Professor Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial (PPGG-TIE) da PUC Minas. E-mail: joseflavio@pucminas.br

Artigo recebido em 17/04/19 e aceito em 06/07/19

RESUMO

O arraial de Belo Horizonte foi escolhido para receber a nova capital do Estado de Minas Gerais após uma análise realizada a partir de condicionantes que possibilitaram a escolha da localidade mais apta a se construir uma cidade. O presente artigo procura analisar a escolha do sítio do arraial para sede administrativa do Estado e as condicionantes a partir da visão geográfica em relação ao sítio e a sua posição geográfica, assim como fatores importantes para a construção e desenvolvimento da cidade planejada. Os procedimentos metodológicos possibilitaram a reconstituição do tecido urbano do arraial de Belo Horizonte, sua localização e a posição geográfica das cinco localidades estudadas, assim como a análise das condicionantes estabelecidas pela Comissão para a escolha do sítio que receberia a nova capital de Minas Gerais. Os conceitos de sítio e posição geográfica permitiram a análise da localidade estudada, assim como dos fatores que possibilitaram a escolha do sítio do arraial, que se apresentou correta nas décadas seguintes, com o desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Belo Horizonte; Sítio; Posição Geográfica

SITE AND GEOGRAPHIC POSITION OF BELO HORIZONTE – MG: A GEOGRAPHICAL-HISTORICAL ANALYSIS

ABSTRACT

Belo Horizonte's camp was chosen to receive the new capital of the State of Minas Gerais after an analysis made from conditions that made it possible to choose the most suitable place to build a city. This article aims to analyze the choice of this site to the state administrative and the constraints from the geographical view in relation to the site and its geographical position, as well as important factors for the construction and development of the planned city. The methodology procedure enables to rebuild the Belo Horizonte's camp urban plan, its location and geography position of five localities that were studied. Moreover, it was possible the analysis of the conditions established by the Commission for the choosing of site, which received the new Minas Gerais Capital. The concepts of site and geographic position allowed the analysis of the studied locality, further the factors that allowed the choice of this site, which presented as correct in the following decades with the urban, economic and social development of the city of Belo Horizonte.

Keywords: Belo Horizonte; Site; Geographical Position

INTRODUÇÃO

Belo Horizonte foi a primeira cidade do período republicano construída para receber o aparato administrativo de Minas Gerais. Concebida e construída entre os anos de 1894 e 1897, o sítio que abrigou a *Cidade de Minas* (primeira denominação da capital) foi escolhido a partir dos estudos realizados no sítio do arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rey (MINAS GERAIS, 1893), povoado demolido para a construção da nova capital.

Nesse contexto, a escolha do sítio que viria a abrigar a nova capital do Estado de Minas Gerais foi precedida por um estudo minucioso sobre as qualidades que a localidade oferecia para a construção de uma cidade salubre, higiênica e racional, uma vez que as condições físicas e a posição geográfica possibilitariam uma maior economia perante o vultoso investimento necessário para dotar a nova sede da administração estadual dos aparatos necessários para o seu povoamento e funcionamento, além de infraestrutura urbana e institucional (BARRETO, 1936).

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo analisar, a partir dos estudos realizados no ano de 1893 pela *Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital*, a importância do sítio e da posição geográfica do arraial de Belo Horizonte para os planos político-geográficos da administração estadual, uma vez que o arraial foi escolhido como sede da nova capital no ano de 1890 pelo Governo do Estado, a partir de um estudo genérico do sítio (BORSAGLI, 2017), e no ano de 1893 pelo Congresso Mineiro, após a apresentação detalhada dos estudos realizados pela Comissão. É importante ressaltar que a escolha ocorreu após a análise de cinco localidades indicadas pelo Congresso para a realização dos estudos (Paraúna, Várzea do Marçal, Barbacena, Juiz de fora e Belo Horizonte).

Serão ainda apresentadas as condicionantes estudadas pelos técnicos da Comissão que possibilitaram a escolha do sítio do arraial para sediar a nova capital de Minas Gerais, estabelecidas a partir de diretrizes indicadas pelo Estado no ano de 1892 com base nos preceitos higienistas e sanitaristas que posteriormente nortearam a concepção e a construção da nova capital de Minas, ocorrida entre os anos de 1895 e 1897.

A metodologia utilizada fundamenta-se na leitura e levantamento de referenciais que tratam dos conceitos de sítio e posição geográfica, além do relatório apresentado pela Comissão de Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital no ano de 1893, o qual contém os mapas referentes ao arraial de Belo Horizonte e as condicionantes analisadas.

A vetorização das informações contidas nos mapas que integram o relatório foi realizada no *software* de *SIG ArcGis*. O procedimento foi realizado a partir da proposta de geoprocessamento em mapas históricos desenvolvida por Castro (2017), a qual apresenta três etapas: inventário das fontes, processo e produto. O emprego dos recursos do geoprocessamento nos mapas analisados possibilitou a reconstituição do tecido urbano do arraial de Belo Horizonte, sua localização e a posição geográfica das cinco localidades estudadas pela Comissão.

Inúmeros estudos de cunho geográfico e urbano-histórico abordam a questão da escolha do arraial e a construção da capital (BARRETO, 1936; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996; PENNA, 1997; AGUIAR, 2006; BORSAGLI, 2016), sem analisar os aspectos geográficos que possibilitaram a escolha. As condições físicas, territoriais, jurídicas e administrativas do arraial do Belo Horizonte foram dificilmente compreendidas ou integradas no discurso mais comum dos trabalhos que abordam a construção da capital, uma vez que as pesquisas sempre estiveram mais focadas na sociedade, na economia ou na cultura do período 1894/1897 (HAYO *et al*, 2015). Nesse sentido, é importante analisar, a partir do olhar geográfico-histórico, o trabalho realizado pela Comissão que resultou na escolha do sítio do arraial de Belo Horizonte para a construção da nova capital.

SÍTIO E POSIÇÃO GEOGRÁFICA

A ideia da construção da nova capital de Minas, desde o período de realização dos trabalhos de escolha da localidade que receberia a administração do Estado, foi disseminada como uma urbe de vanguarda, um modelo que deveria ser seguido pela infante república e que romperia com o traçado dos centros urbanos surgidos no período colonial ao longo das antigas estradas, por onde circulavam os metais preciosos e os víveres que abasteciam as minas e as gerais (SANTOS, 2001).

No entanto, o rompimento não era importante apenas no âmbito urbanístico. A nova capital deveria ser construída em um local que possibilitasse o equilíbrio econômico do Estado e principalmente o equilíbrio de poder (AGUIAR, 2006), uma vez que a Região Sul e a Zona da Mata concentravam quase todo o poder político do Estado desde o período imperial. Nesse contexto, os planos de construção eram vistos como o sucesso de um projeto político que demarcaria para Minas Gerais o espaço urbano da nova ordem: a sede político-

administrativa das elites republicanas, o marco de superação das rivalidades regionais, das disputas ideológicas e o centro de aglutinação das forças políticas do Estado (FJP, 1996).

Para que fossem alcançados os objetivos propostos, era de essencial importância a escolha da posição geográfica do sítio das localidades indicadas para a realização dos estudos necessários para a escolha (GOMES, 2010). Para que se possa compreender o processo de escolha do arraial de Belo Horizonte e as condicionantes que possibilitaram a escolha, se faz necessária a análise sobre os conceitos de sítio e posição geográfica, abordados por Ab'Saber (1957), Geiger & Davidovich (1961), George (1983) e Corrêa (2004).

Para Ab'Saber (1957) o sítio urbano pode ser considerado um pequeno quadro de relevo que efetivamente aloja um organismo urbano. O sítio, de acordo com Dollfus (1973), é o assentamento territorial de um elemento do espaço. Nesse sentido, o sítio de uma cidade pode ser entendido como o conjunto de elementos físicos e naturais que possibilitam o assentamento humano e posterior modificação de acordo com as necessidades da sociedade.

Corrêa (2004) observa que a localização de uma cidade envolve duas escalas espaciais, a localização absoluta (sítio) e a localização relativa (posição), na qual o sítio é o chão sobre o qual a cidade se estende, podendo ser natural ou artificialmente produzido. Compreende-se que a localização das cidades não ocorre de forma aleatória, envolvendo inúmeras ações que antecedem a escolha do sítio ideal para a ocupação humana, além da necessidade de existência de recursos naturais, acessibilidade, produção de víveres e possibilidade de comunicação com outros assentamentos humanos.

Nesse sentido, a posição geográfica de uma cidade pode ser entendida como a sua localização em relação aos fatores naturais que possam proporcionar o seu desenvolvimento ao longo do tempo (CORRÊA, 2004). O clima, o relevo, a existência de recursos minerais e a existência de solos para a agricultura são fatores relevantes para o desenvolvimento de um núcleo urbano. Para Geiger & Davidovich (1961), o fator posição, juntamente com o fator sítio, representa o aspecto geográfico do estudo urbano, cabendo o papel mais importante do desenvolvimento das cidades.

É importante observar que os estudos realizados pelos autores foram realizados em um momento em que a metropolização e o surgimento de aglomerações urbanas era uma realidade no cenário urbano do Brasil, no entanto os mesmos observam que o critério de origem não poderia ser utilizado para estabelecer uma classificação de cidade, pois considera apenas um período de evolução dos centros urbanos. A ideia de construção de um novo centro administrativo estadual surgiu exatamente da estagnação da antiga capital (Ouro Preto), que

não apresentava condições de expansão urbana devido ao seu sítio acidentado (NATAL, 2007).

Nesse contexto, Geiger e Davidovich (1961) sugerem uma classificação dos tipos de cidades a partir de uma combinação entre o tipo de centro de relação e de centro industrial, ressaltando que o modelo surgiu a partir de um estágio de desenvolvimento que se encontravam os centros urbanos brasileiros no ano de 1950. No caso abordado, o que interessa é a importância da posição de uma cidade e o sítio na qual se encontra assentada.

Para George (1983), a posição pode ser definida como a localização da cidade em função de fatos naturais susceptíveis, no passado ou no presente, de influir em seu desenvolvimento que, por sua vez, está vinculado à facilidade de expansão. Ao aplicar o conceito no caso de Belo Horizonte, observa-se que a urbe foi construída de maneira a permitir sua expansão para os vetores norte, leste e oeste, tendo como barreira natural o Complexo da Serra do Curral.

A localização de uma cidade pode ser crucial em alguns períodos históricos, ao mesmo tempo em que perde importância a partir das transformações econômicas e sociais, como observado por Corrêa (2004), no período da Revolução Industrial, quando os centros urbanos sofreram transformações nunca vistas até então.

Corrêa (2004) realizou uma divisão dos tipos de posições ideais das cidades, ressaltando as características principais de cada tipologia. As posições estão alinhadas com as questões físicas da região, assim como as condicionantes de transporte, como linhas férreas e rodovias de grande fluxo, modais que contribuíram de forma notável para a alteração geográfica de cidades, que possuíam ou não certa importância regional e mesmo interestadual a partir do encurtamento do tempo de comunicação entre as cidades, ao mesmo tempo em que outras permaneceram ligadas pelas antigas estradas.

Nesse sentido, para o Estado, a posição geográfica da nova capital era de grande relevância para a irradiação da influência que seria exercida por ela. Ou seja, a posição geográfica do arraial de Belo Horizonte (Figura 1) foi fator crucial para a escolha do sítio que abrigou a nova capital do Estado. Observa-se ainda que o sítio estudado se encontrava em posição geográfica favorável, situado entre os vales dos rios das Velhas e Paraopeba, próximo às duas principais linhas férreas do Estado (1893). Ressalta-se que a abertura do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Central do Brasil (E.F.C.B.) ocorrida no ano de 1895, e a conexão com a linha tronco da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) contribuiu para que Belo Horizonte se tornasse no século XX um dos principais entrepostos ferroviários da

Região Sudeste, abrigando ainda as principais oficinas de construção e manutenção de locomotivas da E.F.C.B.

Enfim, o sítio e a posição geográfica proporcionariam o desenvolvimento de cidades a partir de condicionantes geográficas favoráveis.

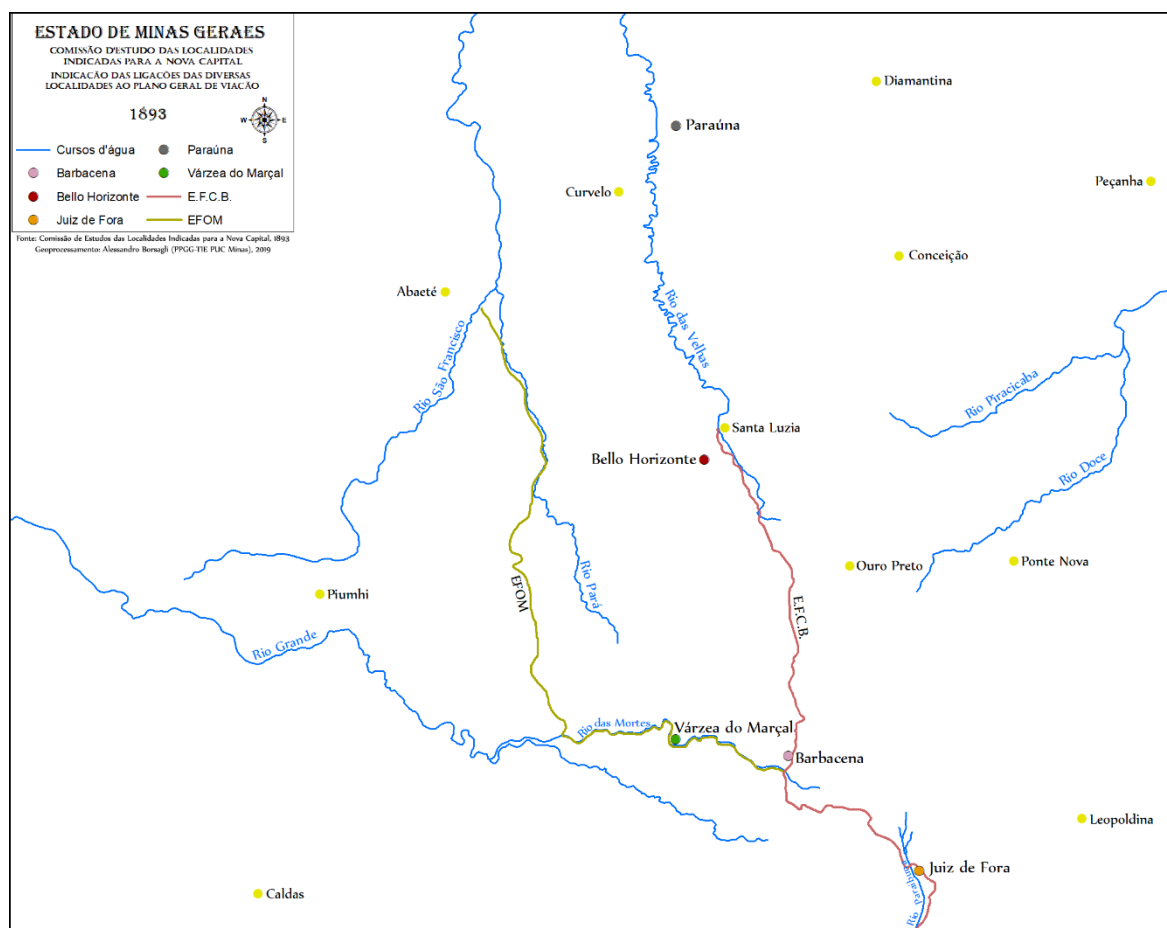


Figura 1: O arraial de Belo Horizonte e as outras quatro localidades representadas no mapa elaborado pela Comissão de Estudos no ano de 1893. À oeste o rio Pará e em amarelo a linha férrea da EFOM. À leste o rio das Velhas e em vermelho a linha férrea da E.F.C.B.

Fonte: modificado de Arquivo Público Mineiro

AS LOCALIDADES E AS CONDICIONANTES ESTUDADAS

Serão apresentadas as condicionantes que levaram à escolha o sítio do arraial de Belo Horizonte (Figura 2) para receber a nova sede administrativa do Estado. Nesse sentido, é importante ressaltar que o arraial já havia sido escolhido no ano de 1890 para sediar a nova capital de Minas Gerais, após a realização de um breve estudo sobre o sítio e o entorno do referido arraial (BARRETO, 1936). Após inúmeros protestos por parte dos políticos das regiões mais influentes do Estado, optou-se pela formação de uma Comissão composta por

técnicos e engenheiros para a realização de um estudo mais minucioso de cinco localidades escolhidas pelo Congresso Mineiro, sendo que três delas se localizavam na Zona da Mata, o que pode ser considerado um reflexo da influência política da região nas decisões estaduais.



Figura 2: O arraial de Belo Horizonte no ano de 1894.
Acervo Museu Histórico Abílio Barreto

As localidades foram estudadas no primeiro semestre do ano de 1893 e os resultados publicados em um relatório denominado *Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, Presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis*, no qual foram apresentadas dez condicionantes consideradas de grande importância para a escolha do sítio que receberia a nova capital do Estado. Será abordada apenas os estudos realizados no arraial de Belo Horizonte, objeto de estudo do presente artigo.

Posição e Topografia

A primeira condicionante analisada foi a posição geográfica do sítio do arraial de Belo Horizonte e a sua topografia, descrita de maneira sistemática pelo engenheiro Samuel Gomes Pereira, responsável pelos estudos do local, no qual os elementos da geografia clássica, relacionados à observação e descrição do sítio e do seu entorno apresentam-se de forma notável (Figura 3):

Situada na encosta oriental do vale do rio das Velhas, em altitude superior de mais de 100 metros da cidade de Sabará, com vantajosa posição geográfica, demora esta localidade quase no planalto divisor das águas desse grande rio das do Paraopeba, confluentes ambos do São Francisco, dominando em esplêndido horizonte, a maior parte do chapadão que se estende para oeste (MINAS GERAIS, 1893, p.5).

O engenheiro descreveu ainda a posição geográfica do arraial e sua morfologia, destacando-se as terras que circundavam o povoado, indicadas como propicias a receber uma cidade de no mínimo 30.000 habitantes (MINAS GERAIS, 1893).

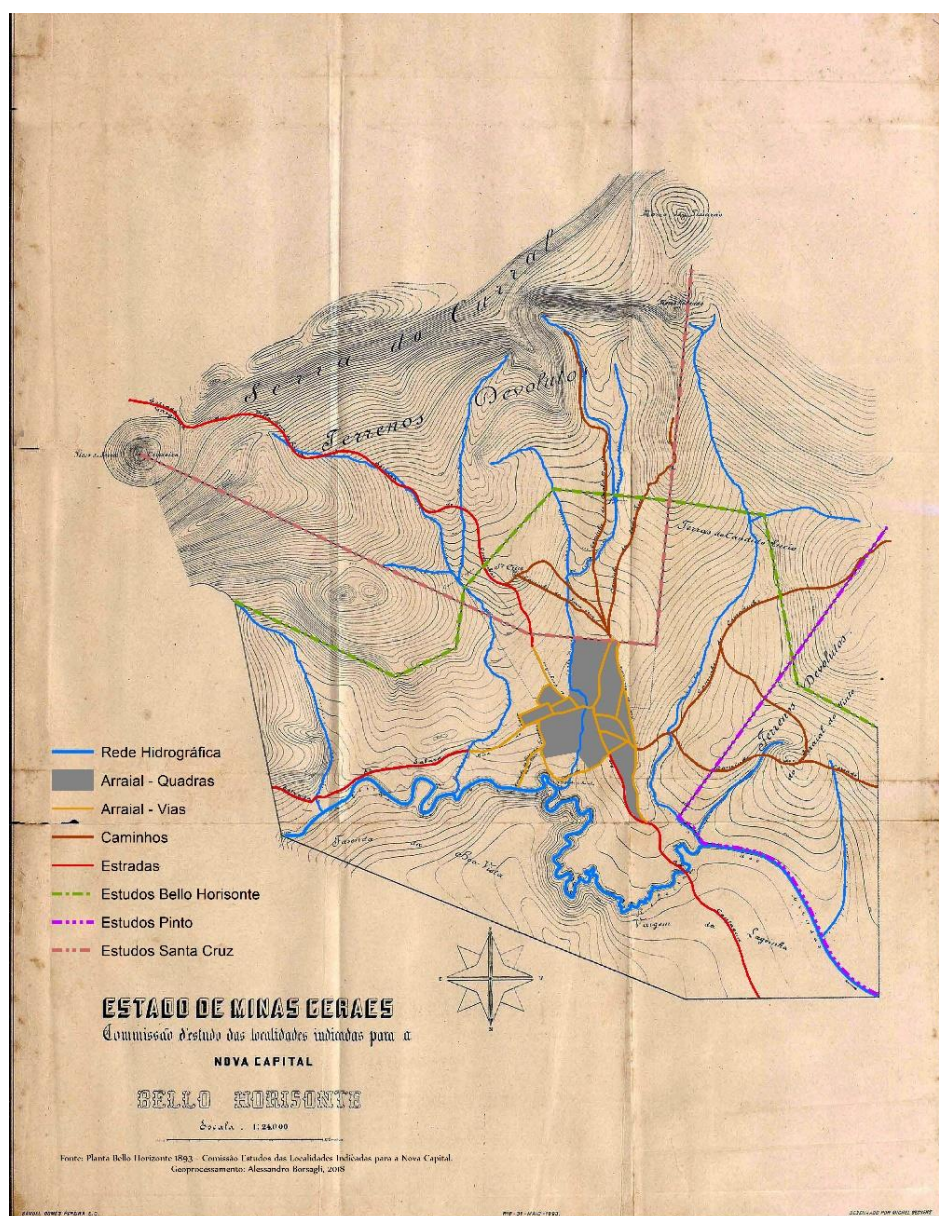


Figura 3: Planta do arraial de Belo horizonte, 1893. Em destaque as regiões analisadas, as estradas, as vias do arraial e o ribeirão Arrudas
Fonte: modificado de Arquivo Público Mineiro

É importante destacar que foram analisadas duas regiões além do arraial, ambas inseridas no perímetro delimitado para os estudos: a região dos *Pintos*, região atualmente pertencente ao bairro Gutierrez, e a *Santa Cruz*, região atualmente pertencente aos bairros Cruzeiro e Funcionários. Os estudos realizados nas três regiões apontaram que a posição geográfica da região onde se encontrava o arraial era a mais favorável para o abastecimento de água, o fornecimento de materiais e pela sua topografia, condicionantes que possibilitassem a construção de uma cidade que atendesse as demandas de ordem estética, higiênica e sanitária (MINAS GERAIS, 1893), preceitos que norteavam a Comissão.

Abastecimento de água

Foi levada em consideração a rede hidrográfica da região, conhecida há décadas pela abundância hídrica das águas que vertem do Complexo da Serra do Curral¹. Desse ponto, foram realizadas diversas medições afim de se conhecer a quantidade (vazão) e a qualidade das águas que pudessem ser aproveitadas no abastecimento da nova capital (Figura 4).

NÚMEROS	NOMES	DESCARGAS POR SEGUNDO (litros)	NÚMERO DE HABITANTES
1	Acaba Mundo, Ilha e Gentio	90	25920
2	Serra, Mangabeira e Bolina	140	40320
3	Leitão	90	25920
4	Cardoso	30	8640
5	Cercadinho e Cercado	390	112320
6	Capão da Posse	500	144000
7	Bom Sucesso	100	28800
8	Taquaril	20	5760
9	Tombador	30	8640
10	Onça	30	8640
11	Freitas	20	5760
12	Carcará	20	5760
	TOTAL	1450	420480

Fonte: Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, Presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis (1893)

Figura 4: tabela referente a vazão dos cursos d'água analisados no arraial de Belo Horizonte (1893) e o número de habitantes que seriam abastecidos pelos mananciais.

¹ O *Almanak* da Província de Minas Gerais, publicado no ano de 1874 (p.1), destaca a abundância de águas e a fertilidade dos terrenos da Freguesia.

O abastecimento não seria questão dispendiosa para o Estado, uma vez que, caso a cidade fosse construída na esplanada do Arrudas, na porção correspondente ao arraial, a distribuição se faria por gravidade, a partir da construção dos reservatórios na Serra do Curral, próximos aos pontos de captação (MINAS GERAIS, 1893).

Nesse sentido, de acordo com o relatório (1893), as águas passaram apenas por análises superficiais, devido ao tempo escasso para a apresentação dos resultados. Ainda assim, apesar da breve análise da rede hidrográfica realizada pela Comissão, os cursos d'água do sítio estudado se revelaram abundantes e de boa qualidade, portanto, fatores que acabaram por destacar o arraial em relação as demais localidades em estudo.

Solo e subsolo

As análises mostraram a predominância do solo argiloso, misturado com uma grande quantidade de óxido de ferro nas terras do arraial e propriedades adjacentes, localizadas nas partes limítrofes à Serra do Curral.

A porção compreendida entre o arraial e o ribeirão Arrudas mostrou-se ser de pouca permeabilidade e caracterizada pela inexistência de alagadiços, existindo apenas duas lagoas (MINAS GERAIS, 1893). Dentro do perímetro de estudos, a região da Lagoa Seca, localizada a uma distância considerável do arraial, se destacava do restante do sítio estudado, uma vez que os terrenos apresentam formação cárstica. As análises realizadas no subsolo do perímetro revelaram que o lençol freático do sítio do arraial, possivelmente, se encontrava a mais de cinco metros de profundidade, considerado pelos engenheiros da Comissão como uma profundidade satisfatória, em conformidade com os preceitos higiênicos do período².

É importante observar que os terrenos localizados próximos ao arraial se mostraram propícios para receber uma cidade moderna e salubre, de acordo com as diretrizes do Congresso Mineiro, apresentadas no ano de 1892. As terras cársticas, frágeis e em grande parte devolutas, de acordo com os planos oficiais, seriam ocupadas por colonos, destinadas ao abastecimento de víveres da nova capital.

Às margens da Lagoa Seca estende-se vasta planície de boas terras, muito própria para a cultura de todas as plantas da zona temperada e que poderia ser aproveitada para a fundação de uma colônia, (...) onde encontramos grande extensão de terreno roçado e um lindo viveiro de parreiras. (MINAS GERAIS, 1893, p.27)

² Sobre o higienismo e a influência nas reformas dos centros urbanos brasileiros: COSTA. *O discurso higienista definindo a cidade* (2013).

Nesse sentido, o solo oferecia condições favoráveis para as fundações dos edifícios e para a construção das redes de esgotos e de água, ainda que as análises foram realizadas de forma superficial, fato diversas vezes observado pelo engenheiro ao longo do relatório.

Esgotos e águas pluviais

A questão sanitária era considerada de grande relevância para a escolha da localidade, visto a necessidade de se construir uma cidade livre das insalubridades atribuídas às margens dos cursos d'água e doenças causadas pela poluição das águas, esta última responsável pela profunda reorganização do espaço urbano dos centros urbanos europeus na segunda metade do século XIX (BORSAGLI, 2016).

Com o intuito de sanear a nova capital, a Comissão de Estudos vislumbrara a solução do carreamento dos esgotos da capital no rio das Velhas, sem prejuízo para a população ribeirinha, pois o volume d'água do curso d'água era superior ao volume de resíduos despejados após a sua depuração (MINAS GERAIS, 1893).

Para o saneamento foi analisado por Samuel Gomes Pereira a adoção de quatro sistemas para o esgotamento da nova capital:

- Sistema *tout à l'égout*, ou *tudo para o esgoto*: sistema adotado por Paris (França) e outros centros urbanos do Hemisfério Norte, onde o processo incluía a depuração dos esgotos através da filtração pelo solo. O sistema foi descartado pelo engenheiro devido à impossibilidade de sua aplicação na região abaixo da barra do córrego do Cardoso, um local era estreito e sem áreas planas onde o Arrudas corria encaixado em seu vale, não permitindo a depuração. Esse sistema havia sido inclusive reconhecido como um desacerto sanitário tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos.
- O sistema *Separador*: implantado por George Waring em Memphis (Estados Unidos da América) no ano de 1879, se caracteriza pela separação dos resíduos domésticos das águas pluviais através da construção de duas redes distintas. O sistema foi cogitado por Samuel Gomes Pereira por ser menos dispendioso e pela diminuição das emanções de gases, uma vez que as redes poderiam ser lavadas com uma frequência maior. De acordo com o engenheiro, esse era o sistema mais adequado para o sítio, caso ele fosse escolhido pelo Estado (MINAS GERAIS, 1893).

- O sistema *Diferenciador*: desenvolvido por Liernur e aplicado no período em um pequeno trecho da cidade de Amsterdã, também se apresentava como uma possível opção para as localidades. O engenheiro descartou o sistema para o sítio de Belo Horizonte, uma vez que a acentuada inclinação das vertentes da região era considerado um obstáculo para a construção e para a manutenção do sistema.
- Sistema *Berlier*: sistema que aproveitaria os resíduos coletados para a produção de adubo e sais amoníacos. O sistema foi sequer cogitado pelo engenheiro para o sítio.

Os estudos relacionados ao saneamento demonstram o conhecimento por parte da Comissão das técnicas sanitárias em uso no ocidente, sendo notáveis as citações de obras contemporâneas no período com clara observação dos métodos empregados na América do Norte e na Europa. Já as análises realizadas pela Comissão demonstram a preocupação em dotar a nova capital de um sistema de esgoto sanitário eficaz e em conformidade com os sistemas adotados por outros centros urbanos.

Nesse contexto, caso a localidade fosse escolhida e por questões econômicas, o relatório recomenda a adoção do sistema *tout a l'égout*, que atenderia a demanda de 30.000 habitantes, sendo os esgotos sendo conduzidos até a Carapuça onde seriam tratados e despejados no ribeirão Arrudas, um curso d'água encachoeirado e de vazão regular. Fatores que permitiriam ao ribeirão, de acordo com a Comissão, a realizar o papel de agente depurador dos resíduos tratados. (MINAS GERAIS, 1893).

Edificação

As terras limítrofes ao sítio estudado ofereciam quase todos os materiais necessários para a construção da nova capital, com abundância de granitos e mármore nas Serras da Contagem e do Curral (MINAS GERAIS, 1893), além de cal, areia e madeira em locais mais afastados da Freguesia, ou seja, a economia em relação à importação e transporte dos materiais foi um fator positivo para a escolha do sítio.

Meteorologia

A Comissão realizou pesquisas relacionadas à temperatura, ao clima, aos ventos e ao regime de chuvas no arraial entre os meses de janeiro e abril de 1893, além de outras observações referentes a saúde da população local.

A temperatura, a precipitação e o clima do arraial se destacam nas análises, o que acabou por revelar uma temperatura de 22,6° no período analisado, correspondente ao verão e uma pequena parte do outono. A precipitação no período analisado foi notável, visto que o engenheiro e os seus auxiliares se encontravam no arraial em grande parte do período chuvoso (MINAS GERAIS, 1893).

O arraial apresentou um clima ameno e agradável, responsável, de acordo com o relatório (1893), pela boa saúde da população, que apresentava uma taxa ínfima de doenças relacionadas ao meio, ou seja, de acordo com as diretrizes propostas pelo Estado.

Recursos de vida

As terras da freguesia, pelas suas qualidades e localização, ofereciam condições de prover os recursos necessários à sobrevivência da população (MINAS GERAES, 1893), onde se destacavam as terras próximas às cabeceiras do ribeirão Arrudas, na região do Barreiro, e a região da Lagoa Seca.

A posição geográfica do sítio estudado em relação à ferrovia, as terras cultiváveis e as fazendas de gado, responsáveis pela consolidação do arraial ao longo dos séculos XVIII e XIX (BARRETO, 1936), supririam as necessidades da capital de acordo com a Comissão de Estudos (1893), caso fosse escolhida a localidade.

Comércio e indústria

Nesse momento o arraial se encontrava estagnado em relação ao comércio, e a indústria era quase insignificante (MINAS GERAIS, 1893). Na verdade, existiam na Freguesia poucas iniciativas de cunho industrial, como as fábricas de tecidos de Venda Nova e Marzagão e a Real Companhia de Ferro, às margens do ribeirão Arrudas (BORSAGLI, 2017).

O engenheiro observa no relatório a possibilidade do desenvolvimento de uma próspera indústria de ferro, visto a existência de jazidas há poucos quilômetros do sítio estudado, além das jazidas de ouro e salitre existentes no Taquaril que poderiam oferecer o incremento do erário da nova capital. O vale do ribeirão Arrudas era considerado um local de grande potencial para o estabelecimento de indústrias de manufatura, uma vez que a

disponibilidade hídrica e a topografia eram consideradas fatores de relevância para a criação de uma zona industrial³ no sítio estudado (MINAS GERAIS, 1893).

Vias de comunicação

A questão da precariedade das vias de comunicação do arraial era considerada como o único entrave para a escolha da localidade, ainda que se encontrasse a poucos quilômetros da linha tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil, que nesse momento (1893) se encontrava na barra do ribeirão Arrudas.

A Comissão apontou a necessidade da construção de um ramal que proporcionasse a nova capital uma ligação direta com os principais centros urbanos do país. Nesse contexto, foram realizados estudos com o intuito da construção do ramal, prevalecendo a proposta do vale do ribeirão Arrudas para o assentamento das linhas férreas, devido à pouca declividade e a distância mais curta em relação a linha principal (MINAS GERAIS, 1893).

Em relação a comunicação com as demais regiões do Estado, o sítio estudado apresentava vantagens visto a proximidade com as linhas férreas que atenderiam a porção norte do Estado, via Central do Brasil, e a porção leste/triângulo mineiro, via Estrada de Ferro Oeste de Minas.

Viação e iluminação urbana e suburbana

A última condicionante dos estudos realizados refere-se a questão da iluminação, e a comunicação entre as regiões urbana e suburbana da cidade vislumbrada, na qual se destaca a preponderância à questão do transporte elétrico sobre trilhos, a exemplo do que ocorria nos grandes centros urbanos europeus (MINAS GERAIS, 1893).

Nesse sentido, foi indicada a necessidade da construção de uma usina hidroelétrica na cachoeira do Freitas (ribeirão Arrudas), que supriria a demanda inicial de uma cidade pensada para 30.000 habitantes. Nesse quesito, a Comissão se limitou a apresentar apenas as despesas para a construção, terraplenagem e assentamento dos trilhos (MINAS GERAIS, 1893).

³ É importante observar que quatro décadas mais tarde, mais precisamente no ano de 1936, o vale do ribeirão Arrudas recebeu a primeira zona industrial do município de Belo Horizonte.

A GEOGRAFIA E A POLÍTICA NA ESCOLHA DO SÍTIO

Publicado o relatório no segundo semestre de 1893, as discussões voltaram novamente ao Congresso Mineiro, que após acaloradas discussões relacionadas à escolha da localidade, uma vez que a Várzea do Marçal havia sido indicada por Aarão Reis como o local mais favorável a se construir a nova sede administrativa do Estado (MINAS GERAIS, 1893), no dia 13 de dezembro de 1893 decidiu-se pela escolha do sítio do arraial de Belo Horizonte para receber a nova capital do Estado (BARRETO, 1936).

Tanto a Várzea do Marçal quanto Belo Horizonte apresentavam condições favoráveis para a construção, no entanto, apesar da forte pressão política e especulativa, esta última ocorrendo desde o ano de 1890 (BORSAGLI, 2017), a posição geográfica do arraial perante a nova ordem social, política e econômica vislumbradas para o Estado, pode ser considerado fator determinante para a escolha.

É importante observar que no momento da escolha da Várzea do Marçal por Aarão Reis, possivelmente influenciado pela regionalização política que existia no Congresso Mineiro, uma vez que a localidade se encontra próxima da Zona da Mata e da região sul do Estado, no que diz respeito à infraestrutura e posição geográfica, era a localidade que oferecia maiores condições de se empreender a rápida edificação da capital, uma vez que a região era atendida pela linha férrea da EFOM, além de se encontrar próxima ao Rio de Janeiro, capital federal de grande importância econômica e portuária para o Estado, uma vez que parte dos materiais a serem utilizados na construção da nova capital eram de origem estrangeira (MINAS GERAES, 1893).

Belo Horizonte, por sua vez, sob o ponto de vista da topografia e de sua posição geográfica (MINAS GERAES, 1893), era a localidade que possuía melhores condições para uma expansão controlada da urbe, ao mesmo tempo em que o seu sítio se encontrava localizado sobre grandes porções de terrenos devolutos, o que possibilitaria uma maior economia em relação às desapropriações.

Nas demais condicionantes, tanto a Várzea do Marçal quanto Belo Horizonte apresentaram vantagens em relação as demais localidades, no entanto, de acordo com o engenheiro-chefe, tanto no abastecimento de água quanto na questão ferroviária, a Várzea se encontrava em melhores condições do que Belo Horizonte.

Nesse sentido, observa-se que Aarão Reis possivelmente não levou em consideração os resultados que, de acordo com Samuel Gomes Pereira, colocavam o sítio de Belo

Horizonte em melhores condições para receber uma capital que primasse pela higiene e salubridade e não apenas pelas questões políticas, que se mostrou em diversos momentos ao longo da construção da capital (1895/1897) e mesmo após a inauguração, mais importantes que o bem-estar da população que a habitaria (BORSAGLI, 2016). Como observado por Gomes Pereira (MINAS GERAES, 1893), as águas fluviais eram abundantes e bem distribuídas no sítio de Belo Horizonte e o problema ferroviário poderia ser solucionado com a construção de um ramal de curta distância entre a linha tronco da E.F.C.B. e o arraial estudado.

Portanto, ainda que as manobras políticas realizadas nos anos de 1892 e 1893 buscaram favorecer a Várzea do Maçal para receber a nova capital do Estado, pode-se concluir que os aspectos geográficos estudados pela Comissão foram de grande importância para a (re)escolha do sítio do arraial de Belo Horizonte, localizado em uma posição que possibilitaria a almejada neutralidade política e a proximidade com as demais regiões de Minas Gerais.

CONCLUSÃO

O artigo buscou analisar, a partir da visão geográfica em relação ao sítio e a posição geográfica do arraial de Belo Horizonte, e as condicionantes indicadas pelo Estado para o estudo e escolha da localidade que receberia a nova capital do estado de Minas Gerais. A abordagem relacionada a importância do sítio e da posição geográfica para a concepção e desenvolvimento das cidades mostrou-se necessária para a análise e compreensão dos fatores que possibilitaram a escolha do sítio e o desenvolvimento urbano da cidade de Belo Horizonte, construída entre os anos de 1895 e 1897.

As condicionantes estabelecidas pelo Estado e estudadas pela Comissão de Estudos das Localidades no primeiro trimestre de 1893 apontou os sítios da Várzea do Marçal e Belo Horizonte como aptos a receber a nova capital. Nesse sentido, as condicionantes analisadas revelaram que o sítio de Belo Horizonte se encontrava próximo a uma grande quantidade de terras devolutas e com disponibilidade hídrica considerável, além de se encontrar em posição geográfica mais vantajosa e central em relação à Várzea, fatores que lavaram a escolha do sítio para a construção da nova capital.

O ramal ferroviário, construído nos anos de 1894 e 1895, proporcionou a rápida construção dos edifícios institucionais, residenciais, comerciais e dos equipamentos necessários para que a capital fosse inaugurada no ano de 1897, ressaltando que a ferrovia

possibilitou a comunicação entre a nova capital e os principais portos e centros urbanos da região Sudeste, fatores que contribuíram para o rápido crescimento econômico e populacional de Belo Horizonte.

De acordo com as classificações de Corrêa (2004), pode se considerar que as tipologias entroncamento ferroviário, sopé de um planalto, passagem, ponta de trilhos, boca de sertão, confluência fluvial e zona de recursos minerais proporcionaram a Belo Horizonte se transformar em um dos principais centros urbanos brasileiros no século XX a partir das transformações econômicas e tecnológicas do século anterior, que acabou por alterar a posição geográfica das cidades brasileiras.

Dessa forma, nota-se que o estudo da posição geográfica de uma cidade envolve as condições particulares e relativas em torno dela, considerando aspectos do meio físico e humano, bem como suas relações espaciais que se dão em escalas diversas por meio da circulação, num tempo de longa duração.

Apesar dos planos políticos, que acabaram influenciando a escolha do sítio do arraial de Belo Horizonte e dos rearranjos urbanísticos relacionados aos elementos naturais e ao próprio tecido urbano, a escolha se mostrou adequada nas décadas seguintes, perante as mudanças nas relações econômicas, sociais e políticas do país, uma vez que a capital mineira se tornou um dos principais centros urbanos do Brasil, ao mesmo tempo que possibilitou o equilíbrio do poder político dentro do Estado.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao PPGG-TIE PUC Minas pelo suporte técnico e ao CNPq pelo suporte financeiro.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. **Geomorfologia urbana de São Paulo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

AGUIAR, Tito Flávio. Rodrigues. **Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**, (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva, história antiga. v.1.** Belo Horizonte: Edições da Livraria Rex, 1936.

BORSAGLI, Alessandro. **Rios invisíveis da metrópole mineira.** Belo Horizonte, Clube de Autores, 2016, 430p.

BORSAGLI, Alessandro. **Sob a Sombra do Curral del Rey: contribuições para a história de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, Clube de Autores, 2017, 452p.

CASTRO José Flávio Morais. **Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.** 1ª edição. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Posição geográfica de cidades. In: **Revista Cidades: Grupo de estudos urbanos** – Vol. 01, nº 01, 2004, Presidente Prudente, p.317-323.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. **Mercator** – Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013.

DOLLFUS, Olivier. **A análise geográfica.** Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1973.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960).** Belo Horizonte, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Panorama de Belo Horizonte; Atlas Histórico,** Belo Horizonte, 1997.

GEIGER, Pedro; DAVIDOVICH, Fany. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXIII, 1961, nº 2, p.263-362.

GEORGE. Pierre. **Conceitos clássicos de geografia urbana: sítio e posição** (traduzido por Oswaldo Bueno Amorim Filho). P.U.F. 1969, p.38-71.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana.** São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Aventura cartográfica na cidade nascente. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 2010, p.89-106.

HAYO, José. Antônio. Hoyuela; BORSAGLI, Alessandro; MESQUITA, Yuri. Mello. Paisagem, Memória e Utopia durante o processo de construção da nova capital de Minas. In: **4º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação**, 2015, Belo Horizonte.

MARTINS, Antônio de Assis; OLIVEIRA, José Marques. **Almanak administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Typografia da Actualidade, 1864.

MINAS GERAES. Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a nova Capital. **Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, Presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto, a construção de uma cidade histórica 1891-1933**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

PENNA, Octavio. **Notas Cronológicas de Belo Horizonte**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1997.

RIANCHO, Alfredo. Por Montes e Vales. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XXXVI. Belo Horizonte: APM, 1985, p. 23-198.

ROSA, Roberto; BRITO, Jorge Luis Silva. **Introdução ao Geoprocessamento: Sistema de Informações Geográficas**. Uberlândia, EDUFU, 1996.

SANTOS, Márcio. **Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Estrada Real, 2001.